

O MODELO DE AVALIAÇÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES EM PORTUGAL

THE EVALUATION MODEL OF SCHOOL LIBRARIES IN PORTUGAL

Ângela Balça¹

Maria Adelina Fonseca²

RESUMO: No ano de 1996, em Portugal, foi lançado o Programa Rede de Bibliotecas Escolares, que tinha como grande objetivo dotar todas as escolas, de todos os níveis de ensino, com uma biblioteca escolar. Pouco mais de dez anos volvidos, e depois de uma fase de implementação em todo o país das bibliotecas escolares, novos passos foram dados - em 2008, lançou-se um *Modelo de avaliação das bibliotecas escolares* e, em 2009, o governo, através de uma Portaria, reconhece a função de professor-bibliotecário. Neste artigo, lançamos o nosso olhar sobre esta realidade, centrando-nos no *Modelo de avaliação das bibliotecas escolares* e dando conta de um estudo, realizado numa escola do Ensino Secundário com 3.º ciclo. Neste estudo procurámos saber qual a concordância dos professores sobre indicadores que o *Modelo de avaliação das bibliotecas escolares* propõe no âmbito da articulação curricular da biblioteca escolar com as estruturas pedagógicas e os docentes.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecas escolares. Avaliação. Escola. Professores.

ABSTRACT: In 1996 was launched in Portugal the School Library Network Program, which had as main objective provide all schools, of all education levels, with a school library. Just over ten years later, and after an implementation phase of school libraries throughout the country, new steps were taken - in 2008, was launched an evaluation model of school libraries, and in 2009, the government, through an Ordinance, recognizes the role of teacher-librarian. In this paper, we launched our eye in this situation, focusing on the evaluation model of school libraries, giving an account of a study that was done in a secondary school with 3rd Cycle. In this study we sought to know the teachers agreement on indicators that the Evaluation Model of School Libraries proposes, under the coordination of the library school curriculum with the teachers and pedagogical structures.

KEY-WORDS: School libraries. Evaluation. School. Teachers.

¹ Doutora em Ciências da Educação. Professora da Universidade de Évora. Investigadora do Ciep - Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora. Diretora da Revista *Educação. Temas e Problemas*. E-mail: balsinha@mail.evora.net

² Mestre em Educação, na área de Supervisão Pedagógica, pela Universidade de Évora. Professora - Bibliotecária na Escola Secundária com 3º Ciclo de Vendas Novas. E-mail: adelinafonseca@iol.pt

Introdução

Atualmente vivemos mergulhados na sociedade da informação, na qual assistimos a um crescimento e a um reconhecimento do valor e do papel das bibliotecas escolares, enquanto centro de recursos que apoiam e colaboram no processo de ensino e aprendizagem na escola e na comunidade educativa.

Uma das medidas da política educativa nacional, que envolveu o Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Cultura, foi a criação do Programa Rede de Bibliotecas Escolares, em 1996, que tinha como objetivo principal a instalação de bibliotecas escolares, nas escolas de todos os níveis de ensino, em todo o país. Entre 1996 e 2008, assistiu-se à implementação deste programa e à disseminação das bibliotecas escolares pelo território nacional. A par desta implementação, em 2008, surgiu o *Modelo de avaliação das bibliotecas escolares*, cujo objetivo era contribuir para a compreensão e avaliar o trabalho desenvolvido pelas bibliotecas escolares, quer no âmbito dos utilizadores quer no âmbito do impacto que as atividades da e com a biblioteca escolar poderão eventualmente ter no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com este movimento de valorização constante das bibliotecas escolares, em 2009, foi publicada a Portaria n. 756/2009, de 14 de julho, que criava a função de professor bibliotecário.

Neste artigo, damos conta desta realidade e de um estudo realizado numa escola do Ensino Secundário com 3º ciclo, onde procurámos saber qual a concordância dos professores sobre indicadores que o *Modelo de avaliação das bibliotecas escolares* propõe, no âmbito da articulação curricular da biblioteca escolar com as estruturas pedagógicas e os docentes.

O Programa Rede de Bibliotecas Escolares

A implementação de um programa, a nível nacional, de uma Rede de Bibliotecas Escolares (doravante Programa RBE) não poderia ter surgido, simplesmente, como a evolução natural de diretrizes legislativas, se não existisse uma retaguarda e uma experiência do desenvolvimento de uma Rede de Bibliotecas Públicas. A própria coordenadora do Programa RBE, no Fórum RBE, em 2009, viria a admiti-lo: “A concepção da Rede de Bibliotecas Públicas foi uma fonte de inspiração para o Programa RBE” (CALÇADA, 2009, p. 4). O Programa RBE desenvolveu a sua ação desde o ano letivo de 1996/1997, seguindo as orientações do relatório *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares* (VEIGA, 1996), que definiu as bases e os princípios gerais para a instalação e funcionamento das bibliotecas escolares. Apesar do apoio a nível nacional (institucionalizando e fornecendo orientações), a nível regional (através dos serviços regionais dos Ministérios da Educação e da Cultura e das instituições de formação) e local (apoio das Bibliotecas Municipais e associações de escolas), é na escola (unidade base da RBE) que deve assentar todo o processo de criação, desenvolvimento e gestão da biblioteca (VEIGA, 1996). O Programa RBE permitiu dotar as bibliotecas escolares dos requisitos essenciais no que diz respeito aos seus espaços, fundos documentais, equipamentos, modos de funcionamento e de gestão.

Assim, na escola, a biblioteca escolar necessita, a nível da gestão/direção, de um apoio que se traduza na sua representação nos órgãos pedagógicos (como o Conselho Pedagógico), na constituição da equipa (recursos humanos suficientes e qualificados), na valorização dos seus documentos reguladores (regulamento, plano de atividades), na afetação de um orçamento e, a nível das estruturas intermédias (departamentos e conselhos de turma), de uma estreita e efetiva colaboração (CONDE, MARTINS E BASTOS, 2011). Dos fatores apontados, Veiga (1996), entre outros, nomeiam os recursos humanos como um dos aspetos mais importantes para o sucesso e desenvolvimento sustentado do Programa RBE e também das bibliotecas em geral. Quanto à formação destes mesmos recursos humanos (docentes e auxiliares de ação educativa/assistentes operacionais), na área das bibliotecas, aquela vem sendo realizada

no quadro da lei geral relativa à formação de professores e outros agentes da educação sendo promovida por diferentes entidades: centros de formação de associações de escolas, escolas superiores de educação, universidades, direções regionais de educação, associações profissionais. (CONDE, 2006, p. 88).

No início do século XXI, a formação, em Portugal, é dominada pelas Ciências Documentais e por outras áreas como a área técnica, a animação e, menos frequentemente áreas como a leitura ou a dinamização. É importante salientar, de acordo com Canário (1998), que o Gabinete da RBE providenciou estudos técnicos tendo em vista a organização da formação contínua dos professores que integrassem as equipas educativas responsáveis pelas bibliotecas escolares. Ainda de acordo com este autor, a formação contínua deve dar resposta a três níveis principais: “aos professores que integram a equipa educativa, ao professor que coordena essa equipa, ao conjunto dos professores da escola que têm de “aprender” a utilizar, de modo adequado e pertinente, a biblioteca escolar” (CANÁRIO, 1998, p. 7). A partir de 2005, o próprio Gabinete RBE começa a organizar propostas de formação contínua, cujos destinatários são essencialmente os coordenadores e equipas das bibliotecas, mas também os órgãos de gestão executiva/pedagógica e todos os professores em geral (BALEIRO, 2008).

O ano de 2009 ficou marcado pela publicação da Portaria n. 756/2009, de 14 de julho. Esta portaria define o procedimento específico de seleção e afetação de recursos humanos, através da criação da função de professor-bibliotecário e as regras de designação de docentes para a função de coordenador interconcelhio para as bibliotecas escolares. Na opinião de Calçada (2009), coordenadora do Programa RBE, “A figura do Professor Bibliotecário, agora legalmente reconhecida, confere outra representação formal e institucional à biblioteca dentro da escola” (CALÇADA, 2009, p. 8). De acordo com a portaria referida, os docentes que se encontram no exercício de funções de professor-bibliotecário são dispensados da componente letiva (podendo optar por manter a lecionação de uma turma), exceto se o número de alunos matriculados no agrupamento de escolas ou na escola não agrupada for inferior a 400.

A presente portaria, no seu artigo 3.º - Conteúdo funcional - , define as funções do professor bibliotecário, nos seguintes termos:

- 1 - Ao professor bibliotecário cabe, com apoio da equipa da biblioteca escolar, a gestão da biblioteca da escola não agrupada ou do conjunto das bibliotecas das escolas do agrupamento.
- 2 - Sem prejuízo de outras tarefas a definir em regulamento interno, compete ao professor bibliotecário:
 - a) Assegurar serviço de biblioteca para todos os alunos do agrupamento ou da escola não agrupada;
 - b) Promover a articulação das atividades da biblioteca com os objetivos do projeto educativo, do projeto curricular de agrupamento/escola e dos projetos curriculares de turma;
 - c) Assegurar a gestão dos recursos humanos afetos à(s) biblioteca(s);
 - d) Garantir a organização do espaço e assegurar a gestão funcional e pedagógica dos recursos materiais afetos à biblioteca;
 - e) Definir e operacionalizar uma política de gestão dos recursos de informação, promovendo a sua integração nas práticas de professores e alunos;
 - f) Apoiar as atividades curriculares e favorecer o desenvolvimento dos hábitos e competências de leitura, da literacia da informação e das competências digitais, trabalhando colaborativamente com todas as estruturas do agrupamento ou escola não agrupada;
 - g) Apoiar atividades livres, extracurriculares e de enriquecimento curricular incluídas no plano de atividades ou projeto educativo do agrupamento ou da escola não agrupada;
 - h) Estabelecer redes de trabalho cooperativo, desenvolvendo projetos de parceria com entidades locais;
 - i) Implementar processos de avaliação dos serviços e elaborar um relatório anual de auto -avaliação a remeter ao Gabinete Coordenador da Rede de Bibliotecas Escolares (GRBE);
 - j) Representar a biblioteca escolar no conselho pedagógico, nos termos do regulamento interno. (PORTARIA n.º 756/2009, de 14 de julho).

Deste modo, a Portaria n. 756/2009, de 14 de julho, veio colmatar um problema que até aqui vinha sendo enfrentado pelas bibliotecas escolares e que era, basicamente, a falta de regulamentação desta figura do professor bibliotecário, o que dificultava o trabalho, já existente, das equipas que eram responsáveis e que geriam as bibliotecas escolares.

O documento *Lançar a rede de bibliotecas escolares* torna claro que o Programa RBE deverá centrar-se nas escolas, pois, tal como a experiência e o estudo de processos de reformas educativas têm vindo a demonstrar, as mudanças qualitativas na atividade pedagógica só tendem a mostrarem-se eficazes e consistentes quando decorrem de iniciativas da responsabilidade dos professores. O seu envolvimento deverá ser significativo, consistente e sistemático e existir o apoio efetivo da direção da escola e também dos pais/encarregados de educação. Partindo do pressuposto de que, atualmente, as bibliotecas escolares integradas neste programa possuem os requisitos físicos, funcionais, estruturais e humanos (equipa: funcionários e professores) exigidos pela RBE e, cumulativamente, a partir da Portaria n. 756/2009, de 14 de Julho, possuem um professor-bibliotecário, deveriam passar a ser entendidas, por todos, como uma necessidade, como uma mais-valia a utilizar.

A biblioteca escolar tem de estar integrada no planeamento global da escola e no seu Projeto Educativo, e a sua operacionalização ocorreria através do Plano de Atividades/Ação, mas nunca esquecendo a especificidade das suas funções. O seu Plano de Atividades, citando a coordenadora do Gabinete RBE, deve revelar “o papel aglutinador que esta representa na comunidade escolar como núcleo promotor da interdisciplinaridade, contribuindo para a concretização de projetos inseridos no âmbito de vários contextos educativos.” (CALÇADA, 2001, p. 7). Voltando ao documento orientador *Lançar a rede de bibliotecas escolares*, a atividade da biblioteca escolar “não se confina aos seus limites físicos e temporais, e estender-se-ia a todos os espaços e tempos lectivos e não-lectivos (sala de aula, sala de convívio, domicílio dos alunos, etc.)” (VEIGA, 1996, p. 30). A biblioteca escolar não pode ser entendida como um simples serviço de apoio à atividade letiva, ou como um espaço autónomo de aprendizagem e ocupação de tempos livres, mas sim tornar-se um núcleo da vida da escola, atraente, acolhedor e estimulante, para os alunos e para os professores, em particular, para que estes últimos:

- i. se sintam num ambiente que lhes pertence e adquiram o hábito de tomar iniciativas e participar na sua animação, atualização e enriquecimento;
- ii. encontrem informação variada, utilizável no seu trabalho docente, e possam requisitar livros e outros documentos nos mais variados tipos de suportes para as atividades da sala de aula;
- iii. recolham sugestões, ideias e materiais que os inspirem e apoiem no seu trabalho docente e no ajustamento aos alunos e às turmas;
- iv. possam recorrer ao professor bibliotecário, ao técnico adjunto de biblioteca e documentação ou a outros professores da equipa para debater modalidades de incentivar nos alunos o prazer de ler e a aprendizagem centrada na procura autónoma de informação;
- v. possam encaminhar os seus alunos para que ali realizem atividades de estudo ou de ocupação de tempos livres. (VEIGA, 1996, p. 17).

O *Modelo de avaliação das bibliotecas escolares*, suportando-se no conceito de que a biblioteca escolar constitui um contributo essencial para o sucesso educativo, sendo um recurso fundamental para o ensino e para a aprendizagem, propõe como condições essenciais para que estes se efetivem, os níveis de colaboração existentes entre o professor/coordenador da biblioteca e os restantes professores, quer na identificação de recursos quer no desenvolvimento de atividades conjuntas.

Estes indicadores dão uma ideia dos exigentes níveis de atuação que se pretendem para as bibliotecas nas escolas, pelo que naturalmente surgem questões como: até que ponto os professores estão recetivos a integrarem e a articularem com a biblioteca escolar? Esta é uma prática comum ou não? Questões estas a que tentaremos dar resposta neste texto.

O Modelo de avaliação das bibliotecas escolares

No contexto descrito anteriormente, surgiu, a partir de 2008, o *Modelo de avaliação das bibliotecas escolares*. Este, durante o ano letivo de 2007/2008, foi submetido a uma fase de teste por um conjunto de cem escolas/bibliotecas escolares com coordenador a tempo inteiro e por um pequeno grupo de coordenadores do 1º ciclo do Ensino Básico. A partir de 2008, continuou-se a aplicação do modelo que, entretanto, sofreu ligeiros ajustes, resultado de informação recolhida. Assim, foi alargada a sua aplicação às escolas que pela primeira vez dispuseram de coordenador a tempo inteiro e, a partir da publicação da Portaria n. 756/2009, de 14 de julho, estendeu-se a todas as escolas, uma vez que todas as bibliotecas escolares ficaram dotadas com um professor-bibliotecário.

Até a data, em Portugal, a avaliação no âmbito das bibliotecas escolares, resumia-se à elaboração estatística para integrar relatórios posteriores. Esta ideia é corroborada por Williams et al., citado por McNicol (2004), ao considerar que tradicionalmente a biblioteca era avaliada em função da sua gestão e que raramente o foco da avaliação se centrava nas aprendizagens efetuadas. Atualmente, pretende-se, cada vez mais, aferir não a eficiência dos serviços mas a sua eficácia, isto é, os resultados, que se revelam nas atitudes e nas competências dos utilizadores. Assim, em 2008, surgiu uma proposta de um modelo para a avaliação das bibliotecas escolares integradas na RBE. Com o auxílio deste modelo pretendia-se compreender o trabalho desenvolvido pelas bibliotecas escolares, nomeadamente ao nível do impacto que as atividades ali realizadas teriam no processo de ensino e aprendizagem; outro objetivo seria medir o grau de eficiência dos serviços prestados e a respetiva satisfação dos utilizadores da biblioteca escolar.

Segundo Fuentes (1999), a avaliação é uma ação conjunta, “la evaluación es un proceso global y globalizado que se refiere a una actividad - en este caso, biblioteca, centro de documentación o sistema bibliotecário ou documental - en su conjunto y a todas y cada una de las fases que componen dicha actividad” (FUENTES, 1999, p. 22). Continuando na linha apresentada por Fuentes (1999), pode-se então dizer que a avaliação tem que estar contemplada logo no primeiro momento em que se começa a trabalhar num “esboço do projeto”, pelo que se pode falar de uma “avaliação anterior ou prévia” (com incidência para a fundamentação teórica), de uma “avaliação simultânea com a prática” (que analisa diariamente as ações realizadas e reorienta e reorganiza o seu desenvolvimento) e de uma “avaliação posterior” (que confronta os resultados obtidos com os planeados) no sentido de se ir construindo continuamente.

A área da avaliação é uma questão emergente e atual e são vários os autores (MACBEATH et al. 2000; ERICSON, 1992; RUDD & DAVIES, 2000; SAUNDERS, 1999, apud MCNICOL, 2004), que se pronunciaram sobre a necessidade e a importância de incorporar a autoavaliação na escola. Neste contexto, a biblioteca, como um serviço/organização da escola não se pode demitir deste processo. A autoavaliação tem de ser encarada como um processo regulador e formativo, tendo em vista a deteção das áreas a melhorar, ou seja, avaliar para melhorar.

De acordo com Lonsdale (2003) e Conde & Martins (2009), diversos estudos, realizados nos Estados Unidos da América, no Canadá, Reino Unido ou na Austrália, países com um percurso e uma tradição maior nesta área, evidenciaram o impacto que bibliotecas bem apetrechadas com coleções adequadas e com condições e recursos humanos qualificados podem ter no sucesso educativo e nas aprendizagens dos alunos. A *American Association of School Libraries* conduz um inquérito anual, a nível nacional - *School Libraries Count!*, com o objetivo de recolher informação acerca da situação das bibliotecas escolares e das mudanças ocorridas.

Em Portugal, a avaliação e conhecimento da realidade das bibliotecas escolares, após mais de dez anos do lançamento do Programa RBE, foi iniciada com o *Modelo de avaliação das bibliotecas escolares*. Nesta fase, segundo Conde, Martins e Bastos (2011), o aparecimento do *Modelo de avaliação das bibliotecas escolares*, enquadra-se na estratégia global de desenvolvimento das bibliotecas escolares portuguesas, com o objetivo de facultar um instrumento pedagógico e de

melhoria contínua que permita, na escola, avaliar o trabalho da biblioteca escolar e o impacto desse trabalho no seu funcionamento global e nas aprendizagens dos alunos. Este modelo apoia-se em estudos internacionais, que identificaram os fatores decisivos para o

sucesso da missão que tanto o Manifesto da International Federation of Library Associations and Institutions (Ifli / Unesco) como a Declaração da International Association of School Librarianship (Iasli) apontam há muito para a BE. Entre esses factores destacam-se os níveis de colaboração entre o professor bibliotecário e os restantes docentes na identificação de recursos e no desenvolvimento de actividades conjuntas orientadas para o sucesso do aluno; a acessibilidade e a qualidade dos serviços prestados; a adequação da colecção e dos recursos tecnológicos. (CONDE, MARTINS e BASTOS, 2011, p. 9).

Este modelo pretende constituir-se como um instrumento pedagógico orientando a escola na definição de fatores críticos da biblioteca escolar e sugerindo possíveis ações para a melhoria. É neste contexto que o modelo se assume com uma intencionalidade pedagógica, já que pressupõe uma intervenção aos mais diversos níveis: na escola, desde o Conselho Executivo aos diferentes órgãos/ estruturas pedagógicas da escola e docentes, implicando todos num trabalho colaborativo com vista à articulação de um efetivo apoio ao desenvolvimento curricular. Com a intensificação dos níveis de colaboração entre o professor-bibliotecário e os restantes professores na identificação de recursos e no desenvolvimento de actividades conjuntas, prevê-se que ocorram melhorias, contribuindo, assim, para o sucesso do aluno. Estudos internacionais reforçam, de forma inequívoca, que as BE podem contribuir positivamente para o ensino e a aprendizagem, podendo estabelecer-se uma relação entre a qualidade do trabalho da e com a Biblioteca Escolar e os resultados escolares dos alunos.”(CONDE, MARTINS e BASTOS, 2011, p. 10). O próprio modelo pode ser entendido como uma via orientadora com pistas para a metodologia e a operacionalização do que se pretende que seja o trabalho das bibliotecas escolares.

O modelo organiza-se em quatro domínios e respetivos subdomínios, focando áreas essenciais em que deverá processar-se o trabalho da e com a biblioteca escolar.

Os domínios que compõem a estrutura do modelo foram reconhecidos em diferentes estudos internacionais como sendo fundamentais para o desenvolvimento e a qualidade das bibliotecas escolares. Reconhece-se igualmente, nestes estudos, representados nos domínios do modelo, que a biblioteca escolar é um espaço equipado com um conjunto significativo de recursos e de equipamentos e é um espaço formativo e de aprendizagem. Os vários elementos a analisar foram assim agrupados em quatro domínios e respetivos subdomínios:

A – Apoio ao Desenvolvimento Curricular

A.1 Articulação Curricular da biblioteca escolar com as estruturas de coordenação e supervisão pedagógica e com os docentes

A. 2 Promoção das literacias da informação, tecnológica e digital

B – Leitura e literacia

C – Projectos, parcerias e actividades livres e de abertura à comunidade

C.1 Apoio a actividades livres, extra-curriculares e de enriquecimento curricular

C.2 Projectos e parcerias

D - Gestão da biblioteca escolar

D.1 Articulação da biblioteca com a escola. Acesso e serviços prestados pela biblioteca

D.2 Condições humanas e materiais para a prestação dos serviços

D.3 Gestão da colecção/da informação (CONDE, MARTINS e BASTOS, 2011, p. 12).

Para cada um destes domínios, o modelo pretende identificar um perfil de desempenho de acordo com um conjunto de indicadores (permitindo uma apreciação sobre a qualidade da biblioteca escolar, nas zonas nucleares de intervenção), de fatores críticos de sucesso (exemplos de situações com valor informativo/formativo, constituindo um guia orientador para a recolha de evidências), de

recolha de evidências (instrumentos, registos que permitirão efetuar a avaliação) e de ações para melhoria/exemplos (sugestões de ações a implementar para promover a melhoria do desempenho da biblioteca escolar).

A implementação do modelo de avaliação requer o envolvimento de toda a comunidade educativa: o Conselho Executivo (tem um papel determinante na comunicação a todos os elementos da comunidade educativa sobre a importância da sua colaboração no processo), os docentes (participação ativa no processo, designadamente através da resposta a questionários, a grelhas de observação, de sugestões de atividades), os alunos (participam na fase de recolha de evidências através da resposta a questionários e a outras solicitações específicas feitas pelo coordenador e elementos da equipa da biblioteca escolar), pais e encarregados de educação (participam na fase de recolha de evidências dando resposta a alguns questionários), e Conselho Pedagógico (dá parecer acerca do relatório de avaliação). Na recolha de evidências, o modelo providencia um anexo que disponibiliza instrumentos específicos e uniformizadores como questionários (para professores, alunos, encarregados de educação), grelhas de observação e grelhas de análise.

Para além destes, preconiza simultaneamente o recurso a entrevistas e fontes diversas, como os documentos que regulam a atividade da escola ou da biblioteca escolar; registos diversos; materiais produzidos pela biblioteca escolar ou em colaboração com a escola; estatísticas produzidas pelo sistema da biblioteca escolar; trabalhos realizados pelos alunos; entre outros. Por forma a obter amostras representativas, para os instrumentos uniformizadores, o modelo sugere uma aplicação dos instrumentos a 20% do número total de professores e 10% do número de alunos em cada nível de escolaridade (CONDE & MARTINS, 2009).

A avaliação realizada articula-se, em cada domínio/subdomínio, com os perfis de desempenho, presentes no modelo de avaliação.

Conde e Martins (2009) propõem alguns passos prévios para a implementação da avaliação:

- Motivação e compromisso institucional dos órgãos de gestão pedagógica e executiva da escola com o processo de auto-avaliação da BE;
- Apresentação aos colegas e órgãos de gestão do propósito e metodologia da auto-avaliação e formalização de alguns procedimentos no sentido de uma mobilização e co-responsabilização de todos os intervenientes;
- A execução do Plano de Avaliação. (CONDE e MARTINS, 2009, p. 5).

No fim de cada ciclo deste processo, é elaborado um relatório final da avaliação, que é enviado à RBE, e no qual assenta a comunicação à escola, a elaboração do plano de melhoria e a integração dos resultados no relatório de avaliação da escola.

Desta forma, as bibliotecas escolares parecem ficar dotadas de um conjunto de evidências, evidências estas que possibilitam um leque fundamentado de conhecimentos sobre níveis de desempenho e impacto da biblioteca escolar em relação aos diversos indicadores de qualidade, que variam de acordo com o domínio em apreço. Os resultados do processo de avaliação devem ser objeto de análise e reflexão na escola, e ser o ponto de partida para a implantação de medidas ajustadas.

Preende-se também que a aplicação do modelo de avaliação seja exequível e facilmente integrável nas práticas de gestão da equipa da biblioteca, sem representar uma excessiva sobrecarga de trabalho. Funcionalmente, prevê-se que um domínio seja objeto de avaliação por ano, ficando o ciclo completo ao fim de quatro anos. Conde e Martins (2009) referem que este modelo é “propositadamente ambicioso” para servir de estímulo a um crescente de boas práticas e, desta forma, incorporar uma forte componente formativa.

O estudo - resultados e reflexões

O problema deste estudo centrou-se na necessidade de perspetivar a relação que os professores de uma Escola Secundária com 3º Ciclo estabelecem com a biblioteca escolar, no âmbito do desenvolvimento do seu trabalho curricular, e na aceitação dos docentes relativamente aos indicadores do modelo de avaliação, no que diz respeito à articulação curricular da biblioteca escolar com as estruturas pedagógicas e os docentes. Paralelamente ao objetivo de se averiguar a concordância da aplicação do *Modelo de avaliação das bibliotecas escolares* para os indicadores propostos, pretendia-se simultaneamente preparar terreno para a sua implementação na escola, objetivo este que se considera concretizado, já que ao aplicar o questionário sobre o qual se baseou este estudo a todos os professores da escola, também se chamou a atenção para a necessidade de uma articulação mais efetiva ou, pelo menos, para uma temática a refletir e a considerar futuramente.

O instrumento de recolha de dados eleito foi o inquérito por questionário, por se considerar que seria o melhor instrumento para aplicar a todos os professores (utilizadores ou não da biblioteca escolar) de uma Escola Secundária com 3º Ciclo, no tempo exequível destinado institucionalmente à concretização de um trabalho de investigação e que se realiza em simultaneidade com as funções profissionais.

O questionário utilizado nesta investigação contém cinco perguntas abertas e trinta e oito perguntas fechadas. A opção por se privilegiar as questões fechadas foi pela experiência de que a formulação de questões abertas em questionários aplicados na biblioteca escolar, noutros contextos, ficavam na maioria em branco, sem resposta.

No presente estudo, a população alvo foi o conjunto de professores da Escola Secundária com 3º Ciclo de Vendas Novas, do ano letivo de 2008/2009. A decisão da aplicação do questionário a todos os professores prende-se com os objetivos intrínsecos desta investigação, mas também tem a pretensão de envolver todos os docentes, como forma de despertar a atenção para a importância da utilização da biblioteca escolar, e simultaneamente aferir da concordância e recetividade dos docentes sobre indicadores do *Modelo de avaliação das bibliotecas escolares*, no que diz respeito à articulação curricular da biblioteca escolar com as estruturas pedagógicas e os docentes.

Para responder aos objetivos do estudo, foi construído um questionário que articulava esses objetivos com as seguintes dimensões: I- Referências pessoais, II- Sobre bibliotecas, III- Sobre a biblioteca escolar e IV- O Modelo de avaliação das bibliotecas escolares.

Na dimensão I - Referências pessoais, a característica que parece mais influenciar a utilização da biblioteca escolar pelos docentes e, conseqüentemente, pelos alunos em situação de aula, é o grupo de recrutamento dos docentes, já que determina as disciplinas lecionadas. Assim, são os docentes que lecionam as disciplinas Português, História, Filosofia e Educação Moral e Religiosa Católica que mais utilizam a biblioteca escolar, o que vai ao encontro do que tradicionalmente está identificado na literatura (Mardis & Hoffman, 2007). Os professores que lecionam disciplinas como Economia e Contabilidade, Informática e Educação Física são os que utilizam menos a biblioteca escolar, logo seguido dos de Matemática, Ciências Físico - Químicas e Artes Visuais.

Na dimensão II - Sobre bibliotecas, os docentes, de uma forma geral, possuem um conceito de biblioteca na linha do que se pretende para ela, isto é, uma conceção virada para a disponibilização de informação, mas também um local de produção, formação e dinamização cultural. Constata-se, também, a partir das suas respostas, que estes docentes, durante o seu percurso escolar, foram grandes frequentadores de bibliotecas e que essa característica, apesar de sofrer um decréscimo, permanece atualmente. Pode-se mesmo dizer que os docentes frequentadores de bibliotecas, durante o seu percurso escolar, terão mais tendência em utilizar a biblioteca escolar nas suas práticas e a envolver os seus alunos.

Na dimensão III - Sobre a biblioteca escolar, parece existir concordância quanto ao modo de apresentar os documentos que dizem respeito à biblioteca escolar; se são divulgados em reuniões ou grupos de trabalho, pela professora-bibliotecária, existe um reconhecimento mais expressivo

dos mesmos, do que simplesmente se forem divulgados e disponibilizados na página web ou na biblioteca escolar. Associando este dado a um maior conhecimento dos documentos pelos membros da equipa, que são convidados a participar na sua própria elaboração, leva a concluir da necessidade de, futuramente, se envolver cada vez mais outros docentes também na elaboração destes documentos, fazendo convites para integrar a equipa de trabalho, solicitando opiniões e sugestões e utilizando as suas propostas. Uma elevada recetividade a integrar a equipa da biblioteca escolar demonstrada pelos docentes, neste estudo, poderá ser indicativo duma tomada de consciência das potencialidades da biblioteca escolar. Porém, seria necessário aprofundar este aspeto em estudos posteriores.

Na procura da relação necessária a estabelecer entre os docentes e a biblioteca escolar, tornou-se importante caracterizar a relação existente no que diz respeito ao aspeto da sua utilização. Confrontando os diferentes dados recolhidos, considera-se que os docentes parecem possuir uma ideia generalizada de que utilizam e frequentam a biblioteca escolar mais intensamente do que na realidade acontece. Esta constatação vai ao encontro do que Alves (2000) aponta no seu estudo, isto é, os docentes apesar de reconhecerem as potencialidades da biblioteca escolar não a utilizam de acordo com a importância que lhe atribuem.

Os docentes, quando questionados sobre o que vão fazer e como utilizam a biblioteca escolar, elegem a requisição e a consulta de documentos. Quando se deslocam com as turmas, apontam principalmente as opções que implicam a utilização das TIC e a participação com a turma em atividades de dinamização do plano anual da biblioteca escolar, que se encontra integrado no plano anual da escola.

Pretendendo-se aferir a que tipo de estratégias concretas as bibliotecas poderiam recorrer para promover uma ligação mais efetiva à sala de aula e à mudança das práticas, questionaram-se os docentes muito abertamente. Assim, sobre as sugestões/exemplos de formas e modalidades de trabalho que a biblioteca escolar poderia realizar em articulação com o trabalho dos docentes, quem responde, reporta-se essencialmente ao que já é habitual fazer: proceder a aquisições, apoio à pesquisa, disponibilização de materiais, dinamização da biblioteca escolar através da realização de sessões de leitura e de dramatizações, clube de leitura, concursos vários, *workshops*, palestras, debates, contacto com personalidades.

Confrontando-se a forma como se vem utilizando a biblioteca escolar com o desconhecimento da maioria dos docentes sobre os documentos específicos e orientadores das mesmas, conclui-se que os professores não utilizam plenamente a biblioteca escolar nos atuais pressupostos dos vários documentos orientadores nacionais e internacionais, e no contexto de uma sociedade de informação e do conhecimento.

Na dimensão IV, sobre o *Modelo de avaliação das bibliotecas escolares*, existe um quadro favorável à sua aplicação nesta escola. Especificamente sobre cada indicador/afirmação apresentada, prevalece uma opinião de concordância que o teste de Friedman permitiu hierarquizar, elegendo a divulgação dos materiais produzidos pela biblioteca escolar através dos seus meios de difusão, e logo a seguir a necessidade da biblioteca escolar se inteirar dos diferentes currículos e programas de estudo de todos os departamentos/grupos e aceitar a sua integração nas planificações.

Conclusões

Neste texto demos conta de uma realidade em constante mutação e evolução, desde há mais de 15 anos em Portugal - a realidade das bibliotecas escolares. Com o lançamento do Programa RBE, em 1996, dotou-se o país de uma rede de bibliotecas escolares, à escala nacional, em todos os níveis de ensino. Com a implementação do *Modelo de avaliação das bibliotecas escolares*, em 2008, procurou-se enquadrar e avaliar, com base em estudos internacionais, todo o trabalho desenvolvido pelas bibliotecas escolares, em todas as suas vertentes. Um ano mais tarde, em 2009, o governo, através da Portaria n. 756/2009, de 14 de julho, regulamenta finalmente a função de

professor-bibliotecário, reconhecendo um caminho percorrido, ao longo de mais de uma década, pelas bibliotecas escolares portuguesas. Neste texto, procurámos dar conta desta realidade, bem presente e bem visível nos estabelecimentos de ensino portugueses. Simultaneamente, quisemos dar conta de um estudo, efetuado numa escola secundária com 3º ciclo, onde tentámos averiguar a concordância dos professores sobre indicadores que o *Modelo de avaliação das bibliotecas escolares* propõe no âmbito da articulação curricular da biblioteca escolar com as estruturas pedagógicas e os docentes. As conclusões deste estudo levam-nos a afirmar que, embora os docentes ainda não utilizem a biblioteca escolar como seria desejável e ainda não consigam perspetivar e usufruir de todas as suas potencialidades, mostram-se favoráveis e recetivos à aplicação do *Modelo de avaliação das bibliotecas escolares* na biblioteca escolar do seu estabelecimento de ensino.

Nem tudo está feito neste âmbito em Portugal, mas as sementes estão lançadas. A Rede de Bibliotecas Escolares continua o seu trabalho diário de articulação com as escolas e as bibliotecas escolares, de modo a que haja cada vez mais um trabalho colaborativo e integrado. Para isso contribuem também estudos como este que aqui apresentamos e que são uma realidade cada vez mais presente na vida das universidades portuguesas.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. *Intervenção da biblioteca escolar no processo de ensino - Aprendizagem: Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 2000.

BALEIRO, O. Mudam-se os tempos, mudam as necessidades... *Newsletter* n. 3, Rede de Bibliotecas Escolares, 2008. Disponível em: <http://www.rbe.min-edu.pt/news/newsletter3/newsleter_n3.htm>. Acesso em: 22 mar. 2012.

CALÇADA, M. T. Programa Boa Esperança Boas Práticas. *Noesis*, 59, 2001, p. 6-7.

_____. Rede de Bibliotecas Escolares: 13 anos a construir saberes. *Newsletter* n. 5, Rede de Bibliotecas Escolares, 2009. Disponível em: <<http://www.rbe.min-edu.pt/newsletter/np4/?newsId=556&fileName=MTCLcada.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

CANÁRIO, R. *Desenvolvimento de bibliotecas escolares e formação contínua de professores*. Lisboa: Ministério da Educação, 1998.

CONDE, E. *A integração das TIC na Biblioteca Escolar*. Lisboa: Ministério da Educação, Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2006.

CONDE, E. & MARTINS, R. C. Modelo de auto-avaliação da Biblioteca Escolar: Princípios estrutura e metodologias de operacionalização. *Newsletter* n. 5, Rede de Bibliotecas Escolares. 2009. Disponível em: <http://esqm-biblioteca.50webs.com/auto_avaliacao.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2012.

CONDE, E.; MARTINS, R. & BASTOS, G. (Coord.) *Modelo de avaliação da biblioteca escolar*. Lisboa: Rede de Bibliotecas Escolares/Ministério da Educação, 2011. Disponível em: <<http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/83/mabe.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

FUENTES, J. J. *Evaluación de Bibliotecas y Centros de Documentación e Información*. Gijón: Ediciones TREA, S. L., 1999.

LONSDALE, M. Impact of School Libraries on Student Achievement: a Review of the Research. *Australian Council for Educational Research*, 2003. Disponível em: <<http://www.asla.org.au/research/Australia-review.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2012.

MARDIS, M. & HOFFMAN, E. Collection and Collaboration: Science in Michigan Middle School Media Centers. *School Library Media Research* (AASL), 2007. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/aasl/>>

aaslpubsandjournals/slmrb/slmrcontents/volume10/mardis_collectionandcollaboration.cfm>. Acesso em: 19 mar. 2012.

McNICOL, S. Incorporating library provision in school self-evaluation. *Educational Review*, 56 (3), 2004, p. 287-296.

PORTARIA n.º 756/2009, de 14 de Julho. Disponível em: < <http://dre.pt/pdf1s/2009/07/13400/0448804491.pdf> >. Acesso em: 16 abr. 2012.

VEIGA, I. (Coord.). *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares*. Ministério da Educação, 1996. Disponível em: < http://www.rbe.minedu.pt/np4/?newsId=74&fileName=lan_ar_a_rede.pdf >. Acesso em: 16 abr. 2012.

Recebido em setembro de 2012.
Aprovado em dezembro de 2013.

